

Visão estratégica para o Plano de Recuperação Económica de Portugal 2020-2030



**Visão Estratégica para o Plano de Recuperação
Económica de Portugal 2020-2030 - p. 2-6**
Visto na imprensa em agosto - p. 7-8
Legislação de agosto - p. 9-10
Aconteceu em setembro - p. 11
Cultura e lazer - p. 12

SINDICATO DOS QUADROS TÉCNICOS DO ESTADO E ENTIDADES COM FINS PÚBLICOS

SINDICATO DOS QUADROS TÉCNICOS DO ESTADO E ENTIDADES COM FINS PÚBLICOS

09/2020



Visão Estratégica para o Plano de Recuperação Económica de Portugal 2020-2030

O contributo do Sindicato dos Quadros Técnicos do Estado resulta do exercício de cidadania dos associados, que nele quiseram participar, com particular enfoque no ponto 5.1 do documento.

1.Do documento **Visão Estratégica para o Plano de Recuperação Económica de Portugal 2020-2030** servimo-nos do que do mesmo consta, na certeza das nossas convicções a propósito do papel do Estado e consequentemente dos Serviços Públicos.

Por tal razão consideramos que não é responsável o patrocínio de discursos demagógicos contra o Estado. A ninguém aproveita o enfraquecimento do Estado e da Administração Pública, como a situação de Pandemia confirmou.

"PAPEL DO ESTADO

Durante muitos anos, no debate público em Portugal, vimos o ataque ao Estado, o seu retrato como "mau da fita" e a exigência do chamado "Estado Mínimo". Esta visão, como hoje é claro para todos, é errada. Se tivéssemos um Estado mínimo estaríamos completamente impreparados em Portugal para responder à atual pandemia e hoje poderíamos estar perante uma tragédia de grande dimensão. A dicotomia entre Estado e mercado atravessa toda a história contemporânea e o princípio fulcral é que em cada etapa histórica é preciso assegurar um equilíbrio virtuoso entre Estado e mercado de forma a que o mercado funcione tanto quanto possível e o Estado funcione tanto quanto necessário. O papel do mercado é fulcral. Os mercados são máquinas de inovação, criação de riqueza e motores de prosperidade, mas eles não podem ficar entregues a si próprios porque por si só não asseguram o bem comum e amplificam as desigualdades. É preciso uma combinação virtuosa entre os mercados e o Estado para se salvaguardar o bem comum e para se corrigirem as deficiências e disfuncionalidades. Esta ideia é hoje mais clara e irrefutável do que nunca, sobretudo quando deixamos, no âmbito da crise sanitária global

que hoje enfrentamos, que um bem tão essencial como a saúde pública esteja dependente do funcionamento das longas cadeias logísticas e de abastecimento dos equipamentos de saúde mais críticos. Este é um dos muitos exemplos que cauciona uma nova abordagem sobre o papel do Estado e sobre que Estado queremos para o futuro" **" O PAPEL DAS EMPRESAS Não vamos ter ilusões: neste novo ciclo económico o papel do Estado dever ser mais interventivo na economia, para impedir o colapso de empresas relevantes, para investir nos serviços públicos, para dar maior segurança ao mercado de trabalho e para promover uma melhor distribuição da riqueza e reduzir as desigualdades. Se este papel do Estado não for assumido, teremos uma recessão muito mais prolongada, uma economia cada vez mais "zombie" e em estado de coma, um exército crescente de desempregados e crescente instabilidade social (pág./s.60/61, sublinhado nosso).**

2.Sobre a necessidade de Reforma da Administração Publica inserida no ponto 5.1 **ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E A CRIAÇÃO DE UM CENTRO DE COMPETÊNCIAS PARA A RECUPERAÇÃO**, admitindo como condicionante à execução do PRE a falta de resposta rápida e eficaz da Administração Pública e dos organismos do Estado, sublinhamos os seguintes pontos:

(...)apostar numa administração pública mais qualificada, (...)reforçando também a aposta na inovação e na modernização administrativa para melhor servir os cidadãos e as empresas(...). (...) Uma das queixas mais frequentes das empresas e dos cidadãos tem a ver com a **excessiva burocracia**, com a dispersão e multiplicidade de organismos envolvidos, provocando uma espiral de atrasos que muitas vezes mata os projetos(...) **persiste um problema de recursos humanos(...)** a **nova administração deverá ser atrativa para os mais qualificados e talentosos, possuir chefias**

intermédias com capacidade de chefia e robustez técnica, ser capaz de partilhar informação, ser "amiga" dos seus utentes e ter um papel interventivo na mudança, (...) no Plano de Recuperação Económica é importante admitir que se a Administração Pública mantiver o seu registo de business as usual dificilmente dará resposta aos problemas que vamos enfrentar. É importante o Estado ter mecanismos e instrumentos para acelerar as decisões estratégicas e coordenar com eficácia a execução do Plano de Recuperação. Como o papel das empresas vai ser essencial, o Estado deve ter um interlocutor único, uma espécie de "Loja do Cidadão" para as empresas, (...). A definição clara dos critérios de apoio às empresas deve estar alinhada com os objetivos estratégicos do Plano, evitando apoiar negócios que não são rentáveis (...) Deve ainda ser criado um portal público em que seja reportada a atribuição dos Fundos Europeus (...) de forma a assegurar a transparência e integridade de todo o processo de prestação de contas.

São quatro as ideias- chave:

1. **Melhor servir cidadãos e empresas.** Orientação para resultados
2. Existe excessiva burocracia. Organização da AP muito confusa com múltiplos intervenientes. **Centro único de interação com as empresas deseja-se;**
3. Administração mais qualificada, competente e com capacidade técnica. Necessidade de chefias com capacidade de chefia e robustez técnica amiga dos utentes.
4. Transparência na atribuição de dinheiros públicos. Respeito pelo princípio da prestação de contas.

O que há a dizer?

Parecem-nos certas as ambições formuladas, e muitas destas ideias foram exploradas no passado, umas com mais sucesso de que outras.

Por que não resultaram então as sucessivas reformas da Administração Pública?

- Porque se anunciaram quase sempre como mudando tudo o que gira à face da terra, não se concretizando porque as medidas tomadas eram disfuncionais;
- Porque ignoraram os valores básicos de serviço

público;

- Porque não partilharam a informação precisa e necessária sobre as razões da sua fragilidade;
- Porque se desvalorizou o papel do diálogo com os parceiros sociais na construção e procura de compromisso para uma visão de serviço público ao serviço dos cidadãos e das empresas.

Sem que tal se faça debateremos meras opiniões próprias de conversa de café, nada de consistente para o presente e para o futuro.

Apesar de tudo a Administração Pública tem sido capaz de construir respostas para resolver problemas complexos. O avassalador processo de mudança da sociedade portuguesa dos últimos 45 anos é disso prova. Da ditadura à democracia. Da colonização à descolonização. Do isolamento internacional à integração europeia. Do desenvolvimento dos anos 90 à apertada gestão do programa de assistência, de uma curta acalmia económica e orçamental à surpreendente e inesperada gestão de uma pandemia ...

Porém, esta capacidade não tem sido valorizada, recordada, mas antes esquecida.

Assistiu-se a um quase desmantelamento do serviço público nos últimos anos. E, no entanto, a reforma da Administração tem uma dimensão política que deve ser tida em conta. As administrações públicas nacionais são pontos de contato direto do serviço aos cidadãos e empresas. São braços operacionais dos governos na concretização de políticas públicas, bem como na aplicação da legislação incluindo da legislação europeia.

Acreditamos sobremaneira numa reforma seletiva e incremental, que leve os decisores a realizarem todos os dias o que tem de ser feito com sentido de exigência e consistência, desacreditados que estão o clássico modelo burocrático e o *new public management*. A teoria não encontrou modelos que ofereçam credibilidade. Num artigo recente, o cientista alemão, Christoph Demmke, confessa a sua perplexidade perante os desafios da gestão pública «No princípio do século XXI (...)» diz ele «(...)as administrações públicas centrais estão a mover-se de uma forma fascinante e desorientada». Mais recentemente Martin Wolf defende um reforço da cidadania ativa em termos democráticos e reformadores do Estado para se sair de tempos de crise.

Relançar Portugal, recuperar economicamente e desenvolvimento é a questão que nos move num quadro de recuperação económica.

É para o futuro que olhamos sem chorar sobre o leite derramado. E é com visão de futuro e com sentido de esperança que há que transformar em oportunidade este período em que tantos sacrifícios e receios têm sido experimentados pela sociedade portuguesa. Para encarar o futuro com confiança há que construir um capital de esperança e delinear uma visão de futuro que não tem sido antecipada.

A Administração Pública tem de fazer parte das soluções e não dos problemas de Portugal.

3. Reforma da Administração Pública

Deter-nos-emos em seis pontos para relançar a AP:

I. As pressões para uma nova administração num mundo em clima de quase emergência pública

Não ambicionamos traçar uma agenda universal sobre as pressões para a mudança, mas identificamos as pressões em presença à volta de quatro temas:

- A globalização e europeização das questões económicas, sociais e de organização de serviços públicos impõem lidar com a complexidade, agilidade e extrema rapidez na resposta, para proteger os cidadãos e as empresas. Se isto era verdade no passado recente, **a situação de pandemia que vivemos** não nos deixa margem para dúvidas.

E esta é uma pressão acrescida sobre o Estado português dado que a UE está a apresentar as suas respostas: democracia, economia de mercado, solidariedade do espaço económico europeu e disponibilização de recursos. Quer dizer a UE traçou e disponibilizou instrumentos para a mudança. Cabe a Portugal encontrar com celeridade o caminho da concretização. Esta é uma oportunidade que não se pode perder.

- A pressão constante e estrutural sobre a despesa pública, no caso português particularmente aguda pela última crise financeira, e agora pela pandemia do Covid,
 - a qual implica escassez de recursos a que acresce a exigência de gastar da melhor forma os dinheiros públicos;
- O valor do serviço público e a atenção ao cidadão na formulação das políticas e na qualidade da prestação de serviços, que é um ponto de Agenda comum aos países Europeus;

- A pressão do trabalho com as novas tecnologias e a gestão do conhecimento, que estão a exigir diariamente novas formas de trabalhar na sociedade e nas organizações públicas, exigências transversais e que respeitam a todas as idades, estratos sociais e grupos etários.

II. O cerne do serviço público

A administração é serviço ao cidadão e às empresas

Administração Pública é sempre serviço público. Financiado pelos contribuintes que são também eleitores; avaliam o poder político em exercício em grande parte pela medida e qualidade dos serviços lhes são - ou não - prestados pelas administrações. Estabilidade no fornecimento de serviço em situações de crise e falha de mercado são relevantes na avaliação feita pelos cidadãos das suas Administrações e do poder executivo que as tutela. Acresce que o serviço é um produto completo e total, não compartimentado. Não se trata de fornecer, como no setor privado, um produto ou serviço, que se esgota quase sempre no momento da compra do produto. É uma relação que se mantém e perdura.

Espera-se legitimamente educação para os filhos, proteção na velhice, proteção na saúde, proteção na doença. Efetivamente os **cidadãos**, não são meramente clientes de produtos ou serviços. Em **Democracia** está-lhes reservado, **um triplo papel**: i) são utentes/ **beneficiários de serviços**; ii) são **coautores das escolhas públicas através do voto**; iii) **são financiadores dos serviços públicos** como contribuintes. A eficácia e eficiência dos serviços públicos importa e importa-lhes, porque este triplo papel coexiste na sua relação com Administração e o Estado.

Espera-se também que a Administração Pública resolva questões complexas. O Estado tem vantagens competitivas na gestão da complexidade, pois tem séculos de experiência, designadamente de soberania, diplomacia e defesa. Mas acontece que os problemas mais complexos das sociedades contemporâneas são hoje um desafio permanente. Pandemia, desemprego, pobreza, exclusão social, isolamento de idosos, ou numa esfera de soberania, a segurança nacional, a gestão dos territórios vulneráveis ou a demografia são exemplos que fustigam a sociedade portuguesa diariamente. Esta

gestão da complexidade, impõem que sobre as organizações seja executado um trabalho que valorize a organização por produtos, resultados, mais ágil, flexível, menos hierarquizada, que favoreça a governação em rede, o trabalho de equipa e as soluções transversais para a resolução destes problemas.

Mas esperamos, ainda, que as Administração Públicas garantam valores essenciais de legalidade, de imparcialidade, de equidade e de justiça.

Estes valores formam parte do dia-a-dia da gestão pública. **Difíceis de ver, de tocar, quase imateriais, são no entanto determinantes na qualidade da democracia, da administração e são pedra de toque de uma coordenada gestão de recursos humanos, que vai da definição legal do sistema de função pública ao recrutamento, seleção, carreira, formação profissional, desvinculação etc..**

Em síntese: um novo ciclo de reforma deve ter presente uma **visão da Administração ao serviço do cidadão e das empresas, pautada pela legalidade, imparcialidade, equidade e integridade** - que o mercado não tem nem pode assegurar -, bem como a continuidade do serviço. Estes valores estão no coração do serviço público e são eles que contam na gestão pública, exigível pelo regime democrático, e a diferenciam da gestão privada, que tem próprias e diferentes formas de regulação.

Sem este pilar - que consubstancia o cerne do serviço público - corre-se o risco de paralisar definitivamente a Administração Pública e impedi-la de atuar *na hora* como deve e como se espera, em particular tendo em atenção os grupos mais frágeis económica e socialmente, que em Portugal são numerosos.

III. Uma função pública e uma alta função pública ao serviço da sociedade e da recuperação económica

A atual legislação sobre emprego público contem disfunções e iniquidades que carecem de ser revistas.

Decisões com base em simpatia política pautam os percursos profissionais dos que estão ao serviço da Administração em coisas básicas, como emprego ou desemprego, regime de mobilidade, negociação individual de salários e progressões. Nalguns casos seriam necessários

mais de 100 anos de vida ativa e bom desempenho (!!!), na base de uma avaliação, que se aplica só a alguns e em que já ninguém confia, para que se atingisse o topo da carreira.

A continuarmos assim no futuro só os *heróis* falarão verdade ao poder e se preocuparão mais com a missão de serviço público. Pouco espaço haverá para independência e imparcialidade. Bem se poderá chamar à tal Administração de administração submissa.

Como atrás referido, no cerne do serviço público está o papel da Lei e do Direito para conformar as decisões públicas e garantir a previsibilidade, geradora de confiança na sociedade e nos agentes económicos; a **imparcialidade** com impacto em todas as decisões administrativas, o **princípio da prestação de contas**, aos cidadãos e junto de entidades de acompanhamento e controlo competentes, são imperativos.

Esta é uma matéria fulcral e de mudança radical na organização da AP do futuro.

IV. Fixar a Agenda de serviço e atração dos agentes económicos é um ponto adicional

No momento em que vivemos é impossível deixar de dar atenção às expetativas da comunidade empresarial, tanto mais quanto se advinha uma crise de desemprego e se aproxima um novo ciclo de investimento e de fundos estruturais que visam dinamizar a atividade económica.

Alguns progressos nacionais (tais como espaços do cidadão disseminados pelo país e portais de informação) diminuem a morosidade de resposta, mas não a inibem.

Experiências já realizadas no passado como *Centro de Formalidades das Empresas*, e o espaço de diálogo *Comissão de Empresas-Administração* podem ser inspiradoras neste domínio como algo de natureza operativa e prática.

V. Reforçar competência das organizações de acompanhamento e controlo continua a ser necessário.

Consideramos, também que é absolutamente necessário, dar atenção às entidades e organizações públicas, de acompanhamento e controlo, reforçando-se para o efeito os seus poderes e competências, para que a sua ação seja eficaz. A título de exemplo

referimos, entre outros, o Tribunal de Contas, as Inspeções Gerais e Sectoriais, a Direção Geral do Orçamento ou Direção Geral da Administração e Emprego Público.

É também do controlo sistemático, respeitado -, porque exercido por quem tem, é competente e tem prestígio, - que poderá nascer um acréscimo de eficiência na Administração.

4. Descentralizar.

A este respeito alguns apontamentos: em Portugal a centralização de poder e recursos é maior na Administração Central do Estado. Quando comparado com outros países da Europa, tanto quanto julgamos saber, só a Grécia terá indicadores de maior centralização que Portugal.

E a centralização não fez o país resistir às diferentes crises, em particular a crise financeira de 2008. Nem em Portugal, nem noutros países centralizadores, como a Grécia e a Irlanda.

As decisões que no passado tiveram impacto orçamental (PPPs, concessão de estatutos especiais de empresas públicas, fundações ou institutos chamados do terceiro género, vantagens de grupos ou corpos especiais) resultam de decisões políticas tomadas centralizadamente.

Por outro lado, os grandes temas das políticas públicas dos nossos dias- problemas sociais como demografia, territórios vulneráveis, pobreza, isolamento de idosos- exigem um concurso decisivo da administração local para a sua solução. A Administração local tem uma cultura de proximidade, um escrutínio mais próximo dos eleitores, que favorece uma governação integrada dos processos com um resultado visível para o cidadão.

Há certamente espaço para um aprofundamento da descentralização, na senda do processo que já se iniciou.

O município é por excelência, a base da força do poder local. Ignorar o valor democrático do poder local (movimenta mais de 100 000 candidatos em cada ato eleitoral), a proximidade ao cidadão, a Administração mais próxima, e o escrutínio mais próximo dos eleitores, é um erro.

Em síntese

Sublinharemos nesta conclusão cinco ideias:

✓Defendemos uma reforma seletiva e incremental na construção de uma melhor organização do Estado e da Administração Pública. Não acreditamos em reformas milagrosas, a partir das quais tudo se irá alterar. Uma ação consistente, continuada, transparente e não espetacular de decisores públicos respeitadores dos princípios essenciais de serviço público é em si, uma reforma de enorme potencial.

O que se fez até agora e nos últimos anos, tem sido uma política de cortes, não de redução racional de despesa e / ou de reforma.

✓Nas ideias que constituem o núcleo essencial do serviço público, legalidade, imparcialidade, equidade, integridade, há um respaldo que permitirá avançar com alguma segurança.

A gestão da complexidade, impõe um renovar das organizações, executado para valorizar a missão de serviço, os resultados, as estruturas em rede, mais ágeis, menos hierarquizadas, bem como o trabalho de equipa.

✓Descentralizar, geográfica e funcionalmente com maior relevo à iniciativa dos cidadãos e empresas, à sua participação nas escolhas públicas e na gestão pública, parece um caminho a explorar a não ser que se prove que a descentralização encerra em si um aumento de custos para o Estado incontrolável.

✓O nó górdio das organizações está na qualidade dos seus recursos humanos. Gestores públicos e uma alta função pública motivada, amiga das tecnologias e competente são condição da gestão de globalização, internacionalização e europeização das agendas públicas e da realização de reformas e de sustentabilidade, bem como de preservação de memória institucional do serviço público.

✓É necessária uma visão de futuro, para saber para onde se caminha, e sobretudo como um capital de esperança no relançamento do nosso país e recuperação económica.



Visto na imprensa em agosto de 2020



Vamos lá acertar algumas contas

Nenhum dos relatórios trimestrais de execução orçamental foi publicado este ano.

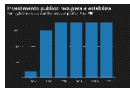
In Correio da Manhã Online | 03/08/2020



6,8 mil milhões de euros de défice orçamental

6,8 MIL MILHÕES DE EUROS DE DÉFICE ORÇAMENTAL O excedente orçamental com que Portugal fechou 2019 um feito inédito em democracia parece pertencer a uma realidade paralela quando se olham para as contas públicas do primeiro semestre deste ano

In Expresso - Economia | 01/08/2020



Lei para agilizar investimento público só chega ao terreno no final do ano

Proposta que o Governo anunciou em Junho chega com atraso.

In Público | 01/08/2020



Pensões atualizadas com efeitos a janeiro

In Correio da Manhã | 04/08/2020



ADSE espera devolução de 74,4 milhões de euros por privados

Valor vai ainda ser sujeito a contraditório e deverá ser pago em breve, com a entrada em vigor de novas convenções.

In Diário de Notícias Online | 04/08/2020



ADSE espera devolução de 74,4 milhões de euros por privados

Valor vai ainda ser sujeito a contraditório e deverá ser pago em breve, com a entrada em vigor de novas convenções.

In Dinheiro Vivo Online | 04/08/2020



Nova programação de fundos europeus só é aprovada esta semana

In Negócios | 05/08/2020



UGT quer fundos europeus aplicados na modernização produtiva e criação de emprego qualificado

UGT quer fundos europeus aplicados na modernização produtiva e criação de emprego qualificado A União Geral dos Trabalhadores dos Açores (UGT-A) defende a aplicação do fundo de recuperação da União Europeia na modernização da estrutura produtiva regional e na criação de emprego qualificado nos Açores

In Diário dos Açores | 05/08/2020



Pensões dos trabalhadores que se reformaram este ano têm de ser recalculadas

In i | 10/08/2020



Estado deve quase EUR200 milhões à ADSE

Estado deve quase EUR200 milhões à ADSE Parece estranho, mas o Estado devia, no final de 2019, EUR198,2 milhões à ADSE, por pagamentos indevidos feitos a serviços públicos de saúde, a que soma o financiamento, com o dinheiro dos beneficiá-

rios, de políticas sociais que não são responsabilizadas do subsistema

In Expresso - Economia | 08/08/2020



Agenda para a retoma prevê apoio à transição digital

In Açoriano Oriental | 11-08-2020



OE2021 não vai estar sujeito aos limites do défice impostos pelas regras europeias

As regras orçamentais europeias vão ficar suspensas pelo menos até ao final de 2021. Tal significa que o Orçamento do Estado para 2021 não estará sujeito ao limite de 3% para o défice. As regras orçamentais europeias vão continuar suspensas até ao final de 2021, pelo menos

In ECO - Economia Online | 10-08-2020



Marcelo devolve nova Lei do Mar ao parlamento para clarificação

Documento estabelece as Bases da Política de Ordenamento e de Gestão do Espaço Marítimo Nacional O Presidente da República devolveu esta segunda-feira à Assembleia da República a nova Lei do Mar para que o parlamento clarifique pontos específicos do diploma, assinalando que estão ressalvadas a soberania do Estado e as normas constitucionais

In TVI 24 Online | 10-08-2020



Governo lança ferramenta para inovar administração pública

O Governo lançou hoje a "ferramenta de autoavaliação da cultura de inovação na administração pública", uma medida do programa Simplex'20-21, com vista a avaliar as capacidades das entidades do Estado e implementar planos de melhoria de competências

In Dinheiro Vivo Online | 11-08-2020



Governo lança ferramenta de autoavaliação para inovar administração pública

Governo lançou esta terça-feira "ferramenta de autoavaliação da cultura de inovação na administração pública", uma medida do programa Simplex'20-21. O Governo lançou esta terça-feira a "ferramenta de autoavaliação da cultura de inovação na administração pública", uma medida do programa Simplex'20-21, com vista a avaliar as capacidades das entidades do Estado e implementar planos de melhoria de competências

In Observador Online | 11-08-2020



Pais divorciados continuam a ser penalizados nas deduções do IRS

"Complexidade técnica" do Fisco penaliza pais divorciados no IRS A administração Fiscal continua sem resolver um problema que há vários anos prejudica alguns pais divorciados que não conseguem incluir os Filhos na declaração de IRS

In Público | 12-08-2020



Competências na Educação e na Saúde obrigatórias para municípios a partir de Abril de 2022

O diploma que oficializa a prorrogação para 31 de Março de 2022 do prazo limite para que os municípios assumam obrigatoriamente as competências que o Governo está a descentralizar nas áreas da Educação e da Saúde foi hoje publicado

In Correio do Ribatejo Online | 12-08-2020



Os nichos de luxo no Estado

Aquilo que diferencia os benefícios laborais em Portugal não é tanto ser-se do público ou do privado, antes ser-se de luxo ou não. É voz popular em Portugal dizer-se mal do Estado: o Estado é ineficiente, o Estado é corrupto, o Estado é burocrático, o Estado suga as pessoas com os impostos e abafa a economia

In Jornal Económico Online (O) | 13-08-2020



LEGISLAÇÃO - AGOSTO 2020

Lei n.º 32/2020 - Diário da República n.º 156/2020, Série I de 2020-08-12

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Mecanismo extraordinário de regularização de dívidas por não pagamento de propinas nas instituições de ensino superior públicas

Lei n.º 33/2020 - Diário da República n.º 156/2020, Série I de 2020-08-12

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Adequa a composição da Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos ao regime de incompatibilidades previsto no Estatuto dos Deputados, procedendo à segunda alteração à Lei n.º 26/2016, de 22 de agosto, que aprova o regime de acesso à informação administrativa e ambiental e de reutilização dos documentos administrativos

Lei n.º 35/2020 - Diário da República n.º 157/2020, Série I de 2020-08-13

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Altera as regras sobre endividamento das autarquias locais para os anos de 2020 e 2021 e prorroga o prazo do regime excecional de medidas aplicáveis às autarquias locais, no âmbito da pandemia da doença COVID-19, procedendo à segunda alteração às Leis n.os 4-B/2020, de 6 de abril, e 6/2020, de 10 de abril

Lei n.º 36/2020 - Diário da República n.º 157/2020, Série I de 2020-08-13

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Suspensão dos prazos de caducidade dos contratos de trabalho dos trabalhadores de instituições de ciência, tecnologia e ensino superior

Lei n.º 39/2020 - Diário da República n.º 160/2020, Série I de 2020-08-18

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Altera o regime sancionatório aplicável aos crimes contra animais de companhia, procedendo à quinquagésima alteração ao Código Penal, à trigésima sétima alteração ao Código de Processo Penal e à terceira alteração à Lei n.º 92/95, de 12 de setembro

Lei n.º 41/2020 - Diário da República n.º 160/2020, Série I de 2020-08-18

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Terceira alteração à Lei n.º 151/2015, de 11 de setembro, Lei de Enquadramento Orçamental, e primeira alteração à Lei n.º 2/2018, de 29 de janeiro

Lei n.º 44/2020 - Diário da República n.º 161/2020, Série I de 2020-08-19

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Sexta alteração ao Decreto-Lei n.º 27-C/2000, de 10 de março, que cria o sistema de acesso aos serviços mínimos bancários

Lei Orgânica n.º 1-A/2020 - Diário da República n.º 163/2020, 1º Suplemento, Série I de 2020-08-21

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Nona alteração à Lei Orgânica n.º 1/2001, de 14 de agosto, que regula a eleição dos titulares dos órgãos das autarquias locais

Decreto-Lei n.º 55/2020 - Diário da República n.º 156/2020, Série I de 2020-08-12

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

Concretiza a transferência de competências para os órgãos municipais e para as entidades intermunicipais no domínio da ação social

Decreto-Lei n.º 56/2020 - Diário da República n.º 156/2020, Série I de 2020-08-12

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

Prorroga o prazo de transferência das competências para as autarquias locais e entidades intermunicipais nos domínios da educação e da saúde

Resolução da Assembleia da República n.º 62/2020 - Diário da República n.º 150/2020, Série I de 2020-08-04

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Alarga a oferta de serviços de programas na televisão digital terrestre

Resolução do Conselho de Ministros n.º 64/2020 - Diário da República n.º 160/2020, Série I de 2020-08-18

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

Aprova o Programa Nacional de Apoio ao Investimento da Diáspora

Portaria n.º 179/2020 - Diário da República n.º 149/2020, Série I de 2020-08-03

FINANÇAS E TRABALHO, SOLIDARIEDADE E SEGURANÇA SOCIAL

Aprova os valores dos coeficientes de revalorização a aplicar na atualização das remunerações anuais registadas que servem de base de cálculo às pensões iniciadas durante o ano de 2020

Portaria n.º 192/2020 - Diário da República n.º 154/2020, Série I de 2020-08-10

FINANÇAS E TRABALHO, SOLIDARIEDADE E SEGURANÇA SOCIAL

Portaria que estabelece um reforço extraordinário da comparticipação financeira da segurança social em 2020, prevista no n.º 1 do artigo 16.º da [Portaria n.º 196-A/2015](#), de 1 de julho

Declaração de Retificação n.º 32/2020 - Diário da República n.º 157/2020, Série I de 2020-08-13

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS - SECRETARIA-GERAL

Retifica a [Portaria n.º 174/2020](#), de 17 de julho, do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, que define a medida Emprego Interior MAIS - Mobilidade Apoiada para Um Interior Sustentável, com o objetivo de incentivar a mobilidade geográfica no mercado de trabalho, publicada no Diário da República, 1.ª série, n.º 138, de 17 de julho de 2020

Portaria n.º 197/2020 - Diário da República n.º 159/2020, Série I de 2020-08-17

CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR

Regulamenta os planos de regularização de dívidas de propinas

Portaria n.º 200/2020 - Diário da República n.º 161/2020, Série I de 2020-08-19

TRABALHO, SOLIDARIEDADE E SEGURANÇA SOCIAL

Cria e regulamenta o Programa de Acessibilidades aos Serviços Públicos e na Via Pública

Portaria n.º 206/2020 - Diário da República n.º 167/2020, Série I de 2020-08-27

TRABALHO, SOLIDARIEDADE E SEGURANÇA SOCIAL

Regula a medida Estágios ATIVAR.PT, que consiste no apoio à inserção de jovens no mercado de trabalho ou à reconversão profissional de desempregados

Regimento da Assembleia da República n.º 1/2020 - Diário da República n.º 169/2020, Série I de 2020-

08-31

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Aprova o Regimento da Assembleia da República

Decreto Legislativo Regional n.º 22/2020/A - Diário da República n.º 157/2020, Série I de 2020-08-13

REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES - ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

Segunda alteração ao Orçamento da Região Autónoma dos Açores para o ano de 2020

Resolução da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores n.º 36/2020/A - Diário da República n.º 158/2020, Série I de 2020-08-14

REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES - ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

1.º Orçamento Suplementar da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores para o ano de 2020

Decreto Legislativo Regional n.º 12/2020/M - Diário da República n.º 154/2020, Série I de 2020-08-10

REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA - ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

Procede à primeira alteração do [Decreto Legislativo Regional n.º 1-A/2020/M](#), de 31 de janeiro, que aprova o Orçamento da Região Autónoma da Madeira para 2020 - Orçamento Suplementar da Região Autónoma da Madeira para 2020

Decreto Regulamentar Regional n.º 40/2020/M - Diário da República n.º 156/2020, Série I de 2020-08-12

REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA - PRESIDÊNCIA DO GOVERNO

Aprova a Orgânica da Direção Regional do Orçamento e Tesouro

Resolução da Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira n.º 38/2020/M - Diário da República n.º 159/2020, Série I de 2020-08-17

REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA - ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

Apresenta à Assembleia da República a proposta de lei que procede à alteração do regime de seguro social voluntário, aprovado pelo [Decreto-Lei n.º 40/89](#), de 1 de fevereiro, na redação atual, bem como do Código dos Regimes Contributivos do Sistema Previdencial de Segurança Social, aprovado em anexo à [Lei n.º 110/2009](#), de 16 de setembro, na redação atual, a fim de permitir a admissão de portugueses residentes na diáspora

Aconteceu... em setembro

- 01 **1985**-Restos do navio Titanic, que afundou em 1912 depois de bater num iceberg, foram encontrados por expedições americanas e francesas.
- 02 **1885**-A cadeia Penitenciária de Lisboa foi inaugurada.
- 03 **1759**-Carta Régia de D. José I abolindo a Companhia de Jesus em Portugal.
- 04 **1781**-Fundação da cidade americana de Los Angeles, pelo governador espanhol da Califórnia, Felipe de Neve. O nome completo da povoação era El Pueblo de la Reina de Los Angeles.
- 05 **1972**-Onze membros da delegação israelita aos Jogos Olímpicos de Munique foram mortos, durante um ataque à aldeia olímpica, por membros do grupo terrorista palestino Setembro Negro.
- 06 **1951**-Assinatura do primeiro acordo entre Portugal e os Estados Unidos da América, de utilização da Base das Lajes pelas Forças Armadas americanas.
- 07 **1540**-A vila de Faro foi elevada a cidade pelo rei D. João III.
- 08 **1918**-Devido ao prolongamento da Guerra, e à guerra submarina alemã, começaram a ser distribuídas, em Portugal, senhas de racionamento e cartas de consumo.
- 09 **1836**-Com a chegada a Lisboa dos deputados do Porto, liderados pelos irmãos Passos, opositores da Carta Constitucional, e do seu método eleitoral (censitário, indirecto e por isso muito restritivo) teve início a Revolução de Setembro.
- 10 **1836**-A Constituição de 1822 foi restabelecida, por decreto, formando-se um novo governo presidido pelo conde de Linhares, e incluindo Passos Manuel, Sá Nogueira (futuro marquês de Sá da Bandeira) e Vieira de Castro.
- 11 **1860**-O pirata William Walker, que com os seus sequazes se tinha apoderado da Nicarágua em 1855, foi fuzilado.
- 12 **1297**-Assinatura do Tratado de Alcanizes, entre os reis D. Diniz de Portugal e Fernando IV de Castela. Os limites geográficos de Portugal foram fixados definitivamente. Das povoações incluídas naquele tratado Portugal só não detêm actualmente São Félix de Galegos, perdida em 1640, e Olivença, perdida em 1801.
- 13 **1941**-O exército italiano invadiu o Egipto, ocupado por forças britânicas, começando a sua ofensiva no Norte de África.
- 14 **1960**-A OPEP (Organização dos Países Exportadores de Petróleo) foi criada em Bagdad.
- 15 **1916**-Primeira utilização de carros blindados (tanques) em combate, durante a Batalha do Somme, no decorrer da Primeira Guerra Mundial.
- 16 **1900**-Primeiro número de "O Mundo", jornal diário republicano, que seria o porta-voz da facção de Afonso Costa. A actual Rua da Misericórdia, em Lisboa, teve durante algum tempo o seu nome.
- 17 **1939**-Segunda Guerra Mundial: começou a invasão soviética à Polónia.
- 18 **1981**-Foi abolida em França a execução por meio da guilhotina.
- 19 **1893**-A Nova Zelândia foi o primeiro país a permitir o voto das mulheres em eleições.
- 20 **1979**-Em Portugal, as mulheres passaram a ter garantia legal de igualdade de oportunidades e de tratamento no trabalho e no emprego.
- 21 **1761**-Foi queimado no Rossio o padre jesuíta Gabriel Malagrida, denunciado pelo marquês de Pombal de falso profeta e impostor. Foi o último auto-de-fé com condenação à morte realizado em Lisboa.
- 22 **1976**-Portugal foi admitido no Conselho da Europa.
- 23 **1848**-Início da produção de pastilha elástica, nos Estados Unidos da América, com fins comerciais.
- 24 **1730**-Grande incêndio no Porto.
- 25 **1864**-Fundação em Londres da Associação Internacional de Trabalhadores.
- 26 **1905**-Foi publicada a teoria da relatividade, de Albert Einstein.
- 27 **1810**-Invasões francesas: Batalha do Buçaco entre o exército aliado, formado sobretudo por contingentes britânicos e portugueses, comandado por Wellington, e o exército francês comandado por Massena, marechal do Império francês.
- 28 **1865**-Inauguração, em Lisboa, do Teatro do Príncipe Real, mais tarde Teatro Apolo.
- 29 **1801**-Tratado de paz entre Portugal e a República francesa, assinado em Madrid, em consequência da "Guerra das Laranjas", pelo qual Portugal se obrigou a fechar os portos aos britânicos.
- 30 **1791**-Estreia da ópera "A Flauta Mágica" de Mozart, em Viena.



Roteiros náuticos: a expansão portuguesa em letra de forma



Os roteiros náuticos portugueses abriram um novo capítulo na literatura de apoio às artes de navegar, pois acrescentaram à herança mediterrânea dos itinerários em *mare clausum*, os elementos astronómicos, cosmográficos e meteorológicos indispensáveis à aventura no grande *mare liberum*, dando resposta às necessidades do ainda incerto trânsito atlântico. Existem na coleção da BNP algumas cópias de roteiros portugueses manuscritos elaborados ao longo dos séculos XV e XVI, onde se incluem os textos e recolhas efectuados nos séculos XV-XVI por Valentim Fernandes, Duarte Pacheco Pereira, D. João de Castro, Diogo Afonso e Vicente Rodrigues...

Ler mais

Fonte: <http://bndigital.bnportugal.gov.pt/2020/09/14/roteiros-nauticos-a-expansao-portuguesa-em-letra-de-forma/>

Notas

O STE, em tempos de pandemia, não parou e continuou a dar resposta aos seus associados. Numa primeira fase (a do confinamento) por telefone e por via electrónica e depois também presencial, com marcação prévia. Como a situação pandémica não se alterou, no que diz respeito ao distanciamento físico, não era possível continuarmos a proporcionar acções de formação presenciais, pelo que passaram a ser facultadas através da plataforma ZOOM.

À semelhança dos anos anteriores, o STE apresentou ao Governo o caderno reivindicativo anual, publicado no INFO de Agosto e um documento, elaborado com os contributos dos associados que quiseram participar, aos quais outros acrescentámos sobre «A Visão Estratégica para o Plano de Recuperação Económica de Portugal 2020-2030» que publicamos, agora, no INFO de Setembro.

Retificação: O texto publicado no INFO de Agosto na rubrica «A palavra aos associados» é da autoria de Carlos Saldanha e não de Joaquim Saldanha. Ao autor as nossas desculpas.

Lisboa - Sede
R. Braamcamp, 88, 2º Dto.
1269-111 Lisboa
Tel.: 213 860 055
(3 linhas)
Tel. Móvel: 961724106/
961880239/963773017
Fax: 213 860 785
ste@ste.pt
Horário de atendimento:
2ª a 6ª - 9:00-21:00
Sec. Regional do Porto
R. da Alegria, 248, 1º Esq.
4000-034 Porto
Tel./Fax: 222 004 630
Tel. Móvel: 938648672
porto@ste.pt
Horário de atendimento:
2ª, 4ª e 6ª - 10:00-18:00
3ª e 5ª - 11:00-19:00
Sec. Regional de Coimbra
Av. Fernão de Magalhães,
676, 3º andar - Sala 3
3000-174 Coimbra
Telef.: 239 838 176
Fax: 239 825 186
Tel. Móvel: 925783119
coimbra@ste.pt
Horário de atendimento:
2ª, 4ª - 14:00-19:00
Sec. Regional de Évora
Alcárcova de Baixo, 54
Sala B
7000-841 Évora
Tel.e Fax: 266 744 771
evora@ste.pt
Sec. Regional do Algarve
Edifício Ninho de
Empresas
Piso 2, Gab. 13
Estrada da Penha
8000-489 Faro
Tel. Móvel:
925494067/925494065
algarve@ste.pt
Sec. Regional da Guarda
R. Alm. Gago Coutinho,
10, 1º - Centro Dto. Fte.
6300-Guarda
guarda@ste.pt
Tel. Móvel: 961724137
Sec. Regional de Viseu
R. do Gonçalinho, 53
Sala 6
3500-137 Viseu
viseu@ste.pt
Tel. Móvel: 961879731
Sec. Regional dos Açores
R. do Rego, 24 - 1º andar
9700-161 Angra do
Heroísmo
Tel.e Fax: 295 217 079
acores@ste.pt
Sec. Regional da Madeira
R. Câmara Pestana, 6
1º andar - Sala D
9000-043 Funchal
Tel. Móvel:
925494067/925494065
madeira@ste.pt

Diretora
Rosa Sousa

Periodicidade: Mensal